



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO CAMARÁRIO
DO DIA 5 DE FEVEREIRO DE 2014**

HORA: 14H00

LOCAL: Câmara Municipal de Alijó

EXECUTIVO

PRESIDENTE: Eng.º Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

VEREADOR: Eng.º João Manuel Gouveia da Costa

VEREADOR: Dr. Luís Miguel Gonçalves Rodrigues

VEREADOR: Eng.º José Rodrigues Paredes

VEREADOR: Dr. António Joaquim Fernandes

VEREADOR: Dr.ª Cristina Alexandra Martins Ribeiro Felgueiras

VEREADOR: Prof. Manuel Adérito Figueira

SECRETARIADO POR: Luís Filipe Maneta Carvalho

Contém _____ minutas aprovadas, nos termos do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, as quais se seguem e estão rubricadas pelos presentes a esta reunião.

PRESIDENTE: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

ATA N.º 3/2014

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 05 DE FEVEREIRO

O PRESIDENTE DA CÂMARA: ENG.º CARLOS JORGE VILELA DA ROCHA MAGALHÃES

VEREADORES PRESENTES:

- ENG.º JOÃO MANUEL GOUVEIA DA COSTA
- DR. LUÍS MIGUEL GONÇALVES RODRIGUES
- ENG.º JOSÉ RODRIGUES PAREDES
- DR. ANTÓNIO JOAQUIM FERNANDES
- DR.ª CRISTINA ALEXANDRA MARTINS RIBEIRO FELGUEIRAS
- PROF. MANUEL ADÉRITO FIGUEIRA

AUSENCIAS JUSTIFICADAS: NÃO HOUE

SECRETARIOU: LUÍS FILIPE MANETA CARVALHO
(CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA)

HORA DE ABERTURA: 14H30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 17H30 HORAS

LOCAL DA REUNIÃO: PAÇOS DO MUNICIPIO – GABINETE DO SR. VICE-PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

ORDEM DE TRABALHOS

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1.1** Aprovação da Ata da reunião ordinária do dia 2014/01/22.

2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- 2.1** Resumo do diário de tesouraria do dia 2014/02/04.
- 2.2** Presente informação n.º 12/2014 da Divisão Administrativa e Financeira, informando da necessidade de se proceder a modificação orçamental para pagamento de despesa referente ao processo de expropriação para construção da variante Favaios/Nascente.
- 2.3** Presente informação n.º 13/2014 da Divisão Administrativa e Financeira, informando da necessidade de realizar a 1.ª modificação aos documentos previsionais de 2014, que se traduz na 1.ª alteração ao Orçamento da Despesa e 1.ª alteração do Plano Plurianual de Investimentos.
- 2.4** Presente a informação n.º 53 da Secção de Contratação Pública e Armazéns solicitando autorização para abertura de procedimento para comunicações móveis.

3. DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

- 3.1** Presente a informação n.º 20 de 28/01/2014 do Setor de Serviços Urbanos informando necessidade de prorrogação do contrato com a firma EGEO, SGPS para a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos do concelho de Alijó, transporte a destino final e limpeza urbana da vila de Alijó, para o mês de fevereiro.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Miguel Rodrigues usou da palavra e disse:

“Relativamente às considerações do executivo permanente apresentadas na última reunião de Câmara, apenas agora com a leitura da ata dessa reunião consegui ter uma apreensão abrangente das mesmas, pois foram nessa altura lidas oralmente pela vereadora Cristina Felgueiras, não tendo esse documento sido facultado na reunião aos membros do executivo.

As respostas do executivo permanente às questões por mim levantadas na reunião de 8 de janeiro não são minimamente satisfatórias.

Coloquei, nessa ocasião, várias questões concretas sobre assuntos da maior importância para o Município. A resposta do executivo permanente é uma grande desilusão. Apesar de extensa, diz muito pouco. É fértil em considerações subjetivas e até incompreensíveis, que nem sequer merecerão comentários da minha parte, não estando disponível para alimentar discussões estéreis e inúteis, que servem apenas para desviar as atenções do que é importante. Apesar disso, registo o protagonismo com que o executivo permanente me brindou. Mais parece que em vez de ser eu membro da oposição neste executivo, é o executivo permanente oposição ao vereador Miguel Rodrigues.

Veja-se o caso aí referido do chumbo à proposta de auditoria externa, em que todos os quatro vereadores não permanentes votaram contra, mas as baterias do executivo permanente apenas contra mim foram direcionadas. Nada que me incomode, de resto, remetendo para a declaração de voto apresentada na reunião de 6 de novembro de 2013 sobre essa matéria.

Ainda em relação à questão colocada pelo executivo permanente sobre as propostas eleitorais por mim apresentadas em 2009, enquanto candidato, sobre o combate à corrupção, devo esclarecer que esta Câmara Municipal acolheu essas minhas preocupações, com a aprovação do “Plano de Prevenção de riscos de gestão incluindo os



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

de corrupção e infrações conexas”, aprovado por unanimidade em reunião do Executivo de 29-12-2009, cuja consulta aconselho.

Mas concentrando-me noutras questões importantes, constato que o executivo permanente ou deu agora uma espécie de não resposta, ou não respondeu de todo. A “resposta” relacionada com a dívida das Juntas de Freguesia alegadamente imputada ao Município é disso exemplo evidente. Com efeito, em Assembleia Municipal realizada em dezembro último, e depois na praça pública através da comunicação social, o Presidente da Câmara divulgou o montante de 4 milhões de euros, como sendo dívida das Juntas que estas imputariam à Câmara Municipal. Depois disso, foi por mim aqui pedida informação sobre “a discriminação do valor de cerca de 4 milhões de euros que referiu ter obtido após levantamento junto das freguesias, designadamente as Juntas de Freguesia aí incluídas, respetivos montantes e natureza dessas alegadas dívidas”. Agora o Presidente da Câmara responde que “no respeito pela autonomia institucional, não interfere na ação das Juntas de Freguesias pois, como é de lei, estas respondem perante as respetivas Assembleias de Freguesia”(?!). Não faz qualquer sentido.

Do mesmo modo, foi aqui apontada uma ilegalidade cometida no novo Regimento da Assembleia Municipal que limita, contra a Lei, a intervenção dos vereadores não permanentes da Câmara nesse Órgão deliberativo, solicitando-se ao Presidente da Câmara que “requeira à Presidente da Assembleia Municipal as diligências necessárias à reposição da legalidade neste ponto em particular”. Agora o Presidente da Câmara responde que “no respeito pela separação de poderes, não interfere no funcionamento da Assembleia Municipal”(?!). Mais uma vez, não faz sentido.

Foram aqui comentadas as declarações do Presidente da Câmara ao “Jornal de Notícias” sobre a dívida do Município. O executivo permanente reage agora dizendo que “não lhe cabe explicar a notícia publicada no Jornal de Notícias”. Mais uma vez, carece de sentido.

Responde também agora o executivo permanente que “instalou os Gabinetes de Apoio à Presidência e Apoio à Vereação cumprindo, rigorosamente, o que está estipulado na lei”.

Esta afirmação é enganadora. A Lei permite que esses Gabinetes sejam instalados, mas



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

não obriga a isso, como é óbvio. E mesmo sendo instalados, não se obriga a que sejam feitas nomeações políticas para os mesmos. São imensos os casos de Câmaras que não instalam esses Gabinetes, ou que instalando-os os preenchem com funcionários do quadro da Autarquia, fazendo assim poupar muito dinheiro aos cofres camarários, ao invés de fazerem nomeações entre militantes do aparelho partidário. Ninguém aqui falou de ilegalidade, mas seguramente de imoralidade e incoerência, quando ao mesmo tempo que se lamenta com a dívida e as dificuldades financeiras, se vem sobrecarregar o erário do Município com nomeações políticas entre companheiros do Partido, perfeitamente desnecessárias e injustificáveis. E veremos se as nomeações se ficam por aqui...

Também ao nível da questão financeira, é inexistente a resposta do executivo permanente. Apresentei em reunião de Câmara três recomendações respeitantes ao PAEL e reequilíbrio financeiro. Sobre duas delas o Presidente da Câmara nada disse e sobre a terceira nada mais teve para dizer senão que já o tinha referido anteriormente (a questão da renegociação com a Banca dos juros contratados no Plano de Reequilíbrio financeiro). Mas então se já o tinha mencionado antes, porque razão não apresentou resultados? Porque segundo a informação que temos até agora nada fez nesta matéria e se fez, disso não fomos informados.

Apesar da exiguidade e insuficiência das “informações” prestadas pelo Presidente da Câmara, aqui continuarei hoje e no futuro a pedir esclarecimentos sobre a atividade camarária, na esperança de que tenham uma resposta clara e objetiva, sobretudo quando tanto apregoam a “transparência da gestão”.

Assim sendo, coloco ao Presidente da Câmara as seguintes questões:

- A propósito da “transparência”, foi aqui afirmado pelo executivo permanente na última reunião de Câmara de 22 de janeiro, que “apresentará, oportunamente, à Câmara Municipal a síntese das diligências que tem levado a cabo para que o Serviço de Finanças de Alijó continue a desempenhar a sua missão na sede do Município”.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Questiono o Presidente da Câmara sobre quando considera oportuno informar-nos do que fez nesta matéria, se é que fez algo. Ou se está à espera do fecho do Serviço de Finanças para aqui abordar este assunto.

- No final do mandato anterior e no cumprimento da nova Lei 68/2013, foi o horário normal de trabalho semanal dos trabalhadores da Autarquia aumentado de 35 para 40 horas semanais. Posteriormente, a posição assumida pelo Tribunal Constitucional sobre esta Lei produziu alterações, ao permitir o seu afastamento através da contratação coletiva.

Têm sido muitas as Câmaras Municipais que ao longo dos últimos dias e semanas têm celebrado com os Sindicatos do setor Acordos Coletivos de Entidade Pública Empregadora, repondo as 35 horas semanais. Existem casos de Municípios no distrito de Vila Real, designadamente o Município de Murça.

Neste momento, apenas cerca de um terço das Câmaras Municipais aplica o horário das 40 horas. Mais de 60% das Câmaras Municipais estão a aplicar as 35 horas semanais de trabalho (informações recentemente publicadas pelo Jornal de Notícias), o que provoca evidentes desigualdades.

Deste modo questiono o Presidente da Câmara sobre qual a sua posição nesta matéria e sobre se a Câmara de Alijó recebeu recentemente alguma proposta de Acordo Coletivo por parte dos Sindicatos;

- Solicito ao Presidente da Câmara informações sobre os resultados da reunião da CIM Douro recentemente realizada nestes Paços do Concelho.

- Questiono o Presidente da Câmara sobre qual a sua estratégia relativamente à matéria dos fundos comunitários para o período 2014-2020”.

Ainda no período antes da ordem do dia, o Sr. Vereador, Dr. António Joaquim Fernandes questionou o Sr. Presidente sobre a situação do trabalhador da Autarquia, Sr. Laurentino, uma vez que, quando chegou ao Município o encontrou no edifício e



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

que lhe comunicou que estava ao serviço, mesmo com todos os problemas de saúde que no momento atravessa, o que considera uma tortura.

Deu conhecimento ao executivo de uma notícia, em que se refere que o Município tem poupado muita energia.

Refere que tem visto ligar e desligar lâmpadas da iluminação pública, pergunta porquê e quais os critérios, e que entidades são envolvidas nesses critérios.

Volta a questionar sobre a rede colocada no muro em Carvalho, uma vez que ainda não lhe foi dada resposta por parte do Sr. Presidente da Câmara sobre este assunto, apresentando em reunião de Câmara um requerimento que a seguir se transcreve:

“Relativamente à situação debatida na reunião de Câmara de 08-01-2014, sobre a colocação de uma rede por particulares em cima de um muro público, foi aqui explicado pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, e consta da ata, que entrou na Câmara um pedido para colocação de uma rede e que o mesmo foi autorizado por razões de estética e de segurança.

Não compreendemos a estética ou segurança que uma rede pode acrescentar a um terreno agrícola, já vedado por um muro de betão com metro e meio de altura.

Ao que sabemos, e podemos facilmente provar, é que o muro em causa foi construído com dinheiros públicos.

Analisado o processo, o que se verifica é que o pedido dos particulares é para vedação do seu prédio, nada se requerendo sobre a colocação de rede no muro público.

Trata-se então, de uma intervenção- a colocação de rede no muro público- que foi levada a cabo por particulares, não requerida à Câmara, nem consequentemente autorizada.

Assim questiono o Sr. Vice-presidente sobre se irá tomar medidas para a retirada da rede em questão, ou se, irá conformar-se com uma medida tomada à revelia de qualquer autorização.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Contuda informamos, que estamos receptivos a encontrar uma solução que defenda os interesses da Autarquia e demonstre a boa-fé que quero continuar a acreditar que sempre existiu”.

Comunica ao executivo, que ficou muito “desapontado” com a notícia da MOVIOJEM, e acrescenta que o fecho dessas instalações não são boas para o nosso Concelho.

Relativamente ao Aeródromo, leu uma notícia que enviou para o jornal “A Voz de Trás-os-Montes” e que a seguir se transcreve:

“Não matem o sonho: “AEROPORTO TURÍSTICO DA REGIÃO DO DOURO”

A gente do Douro, de Alijó e do Norte do Concelho, não se canformom com a notícia “MUNICÍPIO NÃO ASSUME O PROJECTO DO AERÓDROMO DA CHÃ”, publicado no jornal, “VOZ de TRÁS-OS-MONTES- 23-01-2014. O pretexto é sempre o mesmo, “não há verbas”..., como se não fosse precisamente essa a principal tarefa de qualquer eleita, arranjar verbas e soluções para servir aqueles que os elegeram.

Pois bem, qualquer Presidente de Câmara, de Freguesia, de Associação Desportiva, Cultural, Social ou Humanitária, não pode condicionar o progresso das instituições que representa, com a desculpa de não ter dinheiro e não dar sinais de o conseguir.

Concorda plenamente com a frase: “novo executivo, novas ideias...”. Mas, acho também que os eleitos devem ter sempre presente a obrigação de se esforçarem, por encontrar as melhores soluções para resolver os problemas do Concelho.

O Senhor Caronel Lisboa, Director do Aeródromo, nomeado pelo anterior executivo camarário, os engenheiros da Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) e a PROPLANO, empresa que desenvolveu o projecto do Aeroporto Regional do Douro, são unânimes em tecer os maiores elogias às condições naturais para aterrarem e levantarem aviões de pequena e médio porte, em plena segurança.

O planalto do norte da Concelha, comporta uma pista com a extensão de 1300 metros, com ventos favoráveis a toda o género de manabras aéreas, potencial bem aproveitado pelo anterior executiva que nunca desistiu de rentabilizar este património, comprou os terrenos, terraplanou e aumentau a pista existente em 600 metros, encomendou e



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

pagou o referido projecto, para criar condições necessárias a que os aviões e o concelho pudessem ganhar “asas” e voarem em direcção ao desenvolvimento.

Enquanto Vereador da Câmara Municipal e natural da Freguesia de Vila Chã, não me conformo com esta falta de visão e desinteresse, bem patente na referida notícia do semanário transmuntano.

À semelhança do governo da nação começamos a assistir às mesmas desculpas demonstrativas de alguns tiques ideológicos e de alguma obsessão da velha e gasta desculpa de não haver dinheiro, tudo para justificar os sacrifícios infligidos a quem trabalha, paga impostos, produz riqueza e luta para desenvolver o concelho e a região.

Várias e credenciadas entidades, reconhecem que este projecto poderia, uma vez que o aeródromo de Vila Real padece de algumas condicionantes, vir a operar como aeroporto alternativo ao de Pedras Rubras, tornando-se assim, tal como os barcos do Rio Douro, no principal polo de desenvolvimento do Concelho, da região e do Norte.

Sabemos que o dinheiro não abunda, mas também não aceitamos que a falta dele sirva de desculpa para tudo. Quando nos apercebemos que as verbas apareçam para promover pessoas e nalguns casos recrutar, no exterior, soldados para reforçar o seu exército de apoio.

40 Milhões de euros..., não sei se é necessário tanto dinheiro. Mas sei que o anterior executivo tinha planeado executar o projecto em, pelo menos, 3 fases, precisamente para ser mais fácil de executar e nunca desistir do principal objectivo. Concluir o projecto e operacionalizar o aeroporto da Chã para levar e trazer carga e turistas para o Douro. Não nos podemos esquecer que nos situamos no coração do Douro e que devemos tirar partido disso.

Não podemos aceitar que este projecto seja abordado de uma forma simplista, aligeirada e sem tentar encontrar outras soluções, como dialogar com as populações, nomeadamente saber o que pensa a Freguesia de Vila Chã, que não foi ouvida nesta apressada decisão e encontrar parceiros como o governo a comunidade europeia e outros potenciais investidores.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Desistir, sempre foi a maneira mais fácil, arranjar desculpas também não é muito difícil, mas o que Alijó precisa, é de gente determinada a dar a volta por cima, nunca ninguém governou com tudo que necessitava, mas com o tal engenho e arte de que agora tanto se fala, foi possível fazer obra, desenvolver o Concelho e proporcionar aos Alijoenses, sonhar com um futuro melhor”.

No que respeita ao horário de trabalho, também o preocupa a situação dos trabalhadores do Município.

É pertinente que todos saibamos que os funcionários estão a passar dificuldades e que há desigualdades, entre as várias Câmaras do país e no próprio distrito.

Questionou também o Sr. Presidente sobre o levantamento que foi feito das dívidas das freguesias e se estas são aceites ou não por cada uma das Juntas.

O Sr. Vereador, Prof. Adérito Figueira, sobre o horário dos trabalhadores do Município, ficou admirado com a notícia do “Jornal de Notícias” Propõe uma reflexão e que seja este ponto inserido na próxima reunião de Câmara como ponto da Ordem do Dia, para discussão e reflexão.

Relativamente ao horário dos trabalhadores do Município, o Sr. Vice-presidente informa que recebeu duas propostas de acordo, uma do STAL e outra do SINTAP.

Informou que o Município recebeu o STAL, porque foi a entidade que pediu uma reunião e é a que maior número de trabalhadores representa no Município.

Disse que estão a negociar o acordo e que se pretende que seja alargado a todos os trabalhadores do Município.

Quanto à colocação de lâmpadas, informa que essa ação foi desenvolvida pelos funcionários da Câmara a pedido da Sr.^a Presidente de Junta de Vila Chã e que o critério foi a Junta que o definiu, sendo certo que para ligar uma teria que desligar outra. Informa que apenas uma situação foi excecionalmente autorizada para aumentar o número de lâmpadas por uma questão de equidade.

O Sr. Presidente, relativamente às questões colocadas, informa o seguinte:



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Ao Dr. Miguel Rodrigues, responderá por escrito oportunamente.

Ao Dr. António Fernandes, sobre o trabalhador, Sr. Laurentino, informa que disponibilizou todos os meios para o ajudar, e informa que o trabalhador está ao serviço por indicação da Caixa Geral de Aposentações (C.G. A.), que diz que está apto a exercer funções.

Quanto ao aeródromo diz que não é prioritário; considerando as restrições financeiras a que estamos neste momento sujeitos.

Informa que aquando da reunião de Câmara para elaboração dos documentos previsionais para 2014, podia o Sr. Vereador ter apresentado sugestões, era a reunião certa, porque o orçamento foi participativo, há muito que se fala do Aeródromo, mas não é prioridade.

Quanto ao horário, informa que já foi explicado, “estamos a reunir com os Sindicatos e ver o que podemos fazer. No entanto, reconhecemos a importância das 35 horas até pela desestruturação que causa a adoção das 40 horas”.

O Sr. Presidente, ainda sobre a questão do muro em Carvalho, informa que o Sr. Vice-Presidente de acordo com os técnicos, tomou a decisão correta, pelo que é uma decisão para manter.

O Sr. Presidente, ainda no período de antes da ordem do dia, informa o executivo que o PAEL foi visado e dá breves explicações sobre o processo.

Informa também que convidou o Sr. Vereador João Manuel Costa para o acompanhamento e execução do PAEL, sendo criado o respetivo pelouro por despacho. Mais disse, congratulando-se com a colaboração generosa do Sr. Vereador Eng.º João Manuel Costa.

O Sr. Vereador, Dr. Miguel Rodrigues, manifesta a satisfação por ter sido visado o PAEL, lamentando a carga burocrática que fez com que se arrastasse por mais de um ano, sendo de extrema importância para a liquidação do passivo de curto prazo do Município e também para a economia local com a injeção de liquidez.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

O Sr. Vereador, Dr. António Joaquim Fernandes, congratula-se com o visto do Tribunal de Contas ao contrato de empréstimo, que poderá ser vantajoso para o Município, pois permite o “desafogo” da Câmara e para o Concelho é extremamente importante. O que me preocupa é que o dinheiro seja bem aplicado, para que não haja novamente uma situação de rutura financeira.

Pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira foi dito que:

“Solicita-se aos membros presentes que, na eventualidade de verificarem algum impedimento legal na presente reunião, de acordo com o art.º 44.º do Código do Procedimento Administrativo, que o comuniquem e que se ausentem na respetiva votação.”

»»»»»»»»»»»»»»»»»» **DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA** ««««««««««««««««««

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1.1 Aprovação da Ata da reunião ordinária do dia 2014/01/22.

Deliberação: Deliberado aprovar por maioria, com a abstenção do Sr. Presidente da Câmara, por não ter estado presente.

2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 Presente o resumo do diário da tesouraria referente ao dia 2014/02/04 apresentando um total de disponibilidades de 2.282.904,86€ sendo 1.629.140,11€ de dotações orçamentais e 653.764,75€ de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Deliberado, por unanimidade, tamar conhecimento.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

2.2 Presente informação n.º 12/2014 da Divisão Administrativa e Financeira, informando da necessidade de se proceder a modificação orçamental para pagamento de despesa referente ao processo de expropriação para construção da variante Favaios/Nascente, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Deliberado, por unanimidade, concordar com o pagamento da despesa.

2.3 Presente informação n.º 13/2014 da Divisão Administrativa e Financeira, informando da necessidade de realizar a 1.ª modificação aos documentos previsionais de 2014, que se traduz na 1.ª alteração ao Orçamento da Despesa e 1.ª alteração do Plano Plurianual de Investimentos, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos da alínea d), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2.4 Presente a informação n.º 53 da Secção de Contratação Pública e Armazéns solicitando autorização para abertura de procedimento para comunicações móveis, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador eleito pelo Movimento MAIS, Dr. Miguel Rodrigues, autorizar a abertura de procedimento para comunicações móveis.

O Sr. Vereador eleito pelo Partido Socialista, Dr. António Fernandes, apresentou o seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente, uma vez que há poupanças, sem prejuízo dos serviços prestados”.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

3.DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

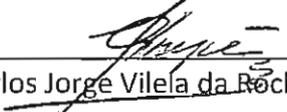
3.1 Presente a informação n.º 20 de 28/01/2014 do Setor de Serviços Urbanos informando necessidade de prorrogação do contrato com a firma EGEO, SGPS para a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos do concelho de Alijó, transporte a destino final e limpeza urbana da vila de Alijó, para o mês de fevereiro, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Deliberado, por unanimidade, aprovar a prorrogação do contrato com a firma EGEO, SGPS para a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos do concelho de Alijó, transporte a destino final e limpeza urbana da vila de Alijó, para o mês de fevereiro, pelo valor de 24.946,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

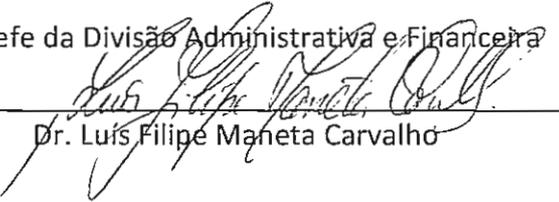
APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 19/02/2014, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57º da Lei nº 75/2012, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara, e por mim Chefe da Divisão Administrativa e Financeira.

O Presidente da Câmara


Eng.º Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira


Dr. Luís Filipe Manheta Carvalho